

Agronegócio x Agricultura Familiar: podemos fazer um debate menos maniqueísta ?¹

Fernando Ferro²
Maria Thereza Pedrosa³
Outubro de 2008

Algumas pessoas percebem a agricultura brasileira como se fosse dividida em apenas dois pólos: agronegócio de um lado e agricultura familiar do outro. Como se o Brasil, um país de contradições e de diferenças climáticas, ambientais, sociais, culturais e econômicas, abrigasse apenas dois tipos de agricultores. Discordamos dessa visão. No Brasil, a agricultura abriga variadas tipologias. O último censo agropecuário foi realizado há mais de dez anos. Os dados do novo censo agropecuário ainda não foram apresentados em sua totalidade. A partir desses novos dados poderemos ter uma noção real de como está organizada a agricultura brasileira, mas pela nossa experiência, temos certeza absoluta que não se reduz em apenas dois tipos. Dessa forma, resolvemos apresentar breve reflexão sobre o tema nesse artigo.

No Brasil, historicamente, o ciclo vicioso de concentração de terra-renda-poder-privilégios colaborou para que as políticas públicas destinadas ao campo se concentrassem em atender aos interesses dos eternos barões da terra. A disponibilização de crédito agrícola por meio de bancos públicos que sempre financiou os grandes produtores rurais, conjugada a oferta de tecnologias para grandes áreas agricultáveis e ao uso insustentável dos recursos naturais, fazem do Brasil um importante produtor de alimentos.

O contumaz tratamento privilegiado dado às inúmeras gerações de grandes proprietários de terra e o precário atendimento prestado aos agricultores familiares muito provavelmente justifique a retórica de que o chamado agronegócio e a agricultura familiar são contraditórios e rivais.

Mas a agricultura brasileira é muito mais complexa que esses dois pólos. É repleta de situações diversas. Há o grande agricultor que participa do mercado formal e, inserido no sistema de arrecadação tributária, garante direitos trabalhistas ao seu assalariado. Há o latifúndio improdutivo, cujo gado é alugado para justificar a sua não desapropriação para fins de reforma agrária, e o canavial com trabalhadores em situação similar à escravidão ou com condições de trabalho dos primórdios da revolução industrial. Tem-se também o agricultor familiar integrado que, por exemplo, produz exclusivamente aves e tem a sua comercialização garantida para agroindústria de frango. Não se pode deixar de considerar as inúmeras propriedades familiares com alto grau de produtividade de diversos alimentos, cuja comercialização aquece intensamente a economia local. E ainda há comunidades inteiras de agricultores familiares, cuja produção se destina basicamente ao auto-consumo e estão abaixo do nível de pobreza.

¹ Em setembro de 2008, versão resumida desse artigo foi apresentada no site do PT.

² Engenheiro Elétrico e Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores (Pernambuco).

³ Agrônoma e Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

Diante de tamanha complexidade, a agricultura brasileira deve ser analisada por meio de vários ângulos, como o tamanho da propriedade, a mão-de-obra utilizada, a tecnologia empregada, a organização da comercialização dos produtos e da capacidade de obtenção de lucro.

Ora, se o agronegócio é a soma de toda uma cadeia produtiva agropecuária composta por agricultores, indústrias de insumos e de maquinários, agroindústrias, empresas de comercialização e consumidores, não há como negar que a agricultura familiar também participa do agronegócio. Por outro lado, se analisada a questão pelo lado ambiental, não há dúvida de que o latifúndio é o vilão da destruição de nossas florestas, mas não se pode desconsiderar o estrago do somatório de muitos pequenos agricultores sem acesso às modernas tecnologias de conservação de solo, água e biodiversidade.

O fato é que essa citada polarização é oportuna para que especuladores de terra, latifundiários improdutivos e escravocratas sejam identificados como aqueles que fazem parte do agronegócio e, portanto, reconhecidos como geradores de emprego e responsáveis pelo fortalecimento da economia. Por outro lado, apesar de parte dos agricultores familiares valorizar a diversidade por meio da associação do policultivo e da criação de diversos animais, e conviver com os limites naturais (como por exemplo, terrenos acidentados), é um mito acreditar que, por definição, eles são conservadores de água, solo e biodiversidade e exemplares na função produtiva.

Conclui-se que a composição do que se chama agricultura familiar comporta pequenos proprietários de terra que tem uma relação de confronto de interesses com os latifundiários no que tange as políticas públicas, os recursos financeiros e naturais e as relações sociais de produção. Portanto, mais racional e produtivo é se atentar para o papel do Estado na construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável no campo brasileiro. Somente o Estado pode cumprir o papel de regulador e guardião da democratização dos recursos financeiros e naturais, como também o de promotor da produção de alimentos de forma sustentável.

Nesse sentido, está na hora de acabar com esse debate maniqueísta e passar a dar ênfase na discussão mais clara e objetiva de como se intensificar a fiscalização ambiental; promover a pesquisa agropecuária em pequena escala produtiva; desenvolver tecnologias de menor impacto ambiental; implementar os zoneamentos agroecológicos; universalizar a assistência técnica pública com a perspectiva de promover os princípios da conservação dos recursos naturais; difundir os sistemas de certificação por meio de Selos Verdes que garantam ao consumidor a sustentabilidade sócio-econômica e ambiental da cadeia produtiva; e implementar o sistema de rastreabilidade animal⁴ que proporciona maior controle do governo em relação à atividade pecuária em termos tributários, sanitários e ambientais.

⁴ Sistema de controle de animais que permite sua identificação individual, desde o nascimento até o abate, registrando todos os eventos, ocorrências, manejos, transferências e movimentações do animal.